

Notas críticas à tese estruturalista sobre a inflação brasileira*

Alexandre Lyra

Martins**

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é investigar criticamente a teoria estruturalista da inflação, considerando as contribuições neoestruturalistas. Ao longo do texto se verifica a evolução das idéias de seus principais mentores, tocando nas divergências e inovações teóricas de cada um, para compor um conjunto do paradigma. A análise parte de quatro críticas básicas, que ao final se revelam consequência diretas da inconsistência metodológica da teoria.

1. Introdução

Das interpretações teóricas sobre a economia brasileira mais reconhecidas na literatura econômica, a contribuição estruturalista se sobressai como a que procura desenvolver uma teoria específica, ainda que amparada em outros marcos teóricos, para explicar a complexa realidade do Brasil. Ao avaliar comparativamente aos outros referenciais convencionais, trata-se, de fato, de uma avançada contribuição à investigação da economia brasileira, ainda mais se for considerado que se integra à análise uma componente histórica na argumentação central.

O objetivo do presente texto é tecer algumas considerações críticas acerca da tese estruturalista sobre a inflação brasileira, de modo a identificar as insuficiências desta teoria. Para este estudo, serão consideradas as contribuições tradicionais e as que deram continuidade às idéias lançadas na década de 50 pela escola Cepalina, posto que representam o desenvolvimento da argumentação estruturalista, bem como sua atualização

*Este artigo é uma versão modificada de alguns tópicos dos capítulos 2 e 3 de minha tese de doutorado, que se encontra em desenvolvimento. Agradeço os comentários dos professores Oswaldo Sarmiento, Leonardo Guimarães Neto e Nelson Ribeiro.

****Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba e doutorando na Universidade Técnica de Lisboa.**

para os períodos posteriores (quando a economia brasileira passa por novas transformações). O texto será iniciado com uma breve síntese da aludida teoria, seguindo sua evolução histórica, para se chegar à apreciação crítica na última parte da exposição.

2. A inflação segundo os estruturalistas

O ponto de partida da análise estruturalista é a estrutura econômica especificamente deficiente dos países periféricos. A desvantagem tecnológica e de acúmulo de capital dos países periféricos é responsável pelo déficit comercial constante na balança de pagamentos, que remete à necessidade de emissão de moeda e consequente agravamento do déficit público. Nesses termos, os estruturalistas não apenas interpõem uma variável na relação déficit público / emissão de moeda, como passam para o lado real a determinação de um fenômeno dito monetário: “Poder-se-ia argumentar que, em determinado caso a inflação não tem efeitos reais, ... Essa observação se funda num dos equívocos que impedem a muitos observadores perceberem a natureza real do processo inflacionário. Esse equívoco consiste em não conceber a inflação em termos dinâmicos. Na inflação que chamamos de neutra, os efeitos reais existem, se bem que não sejam perceptíveis a um observador que analisa o processo econômico comparando períodos de tempo de certa magnitude.” (FURTADO, 1985, 227).

Dessa forma, verifica-se que, para os estruturalistas, as causas do problema se encontram na esfera real e do lado da oferta, pois a demanda não tem poder de pressão sobre os preços¹. A inflação seria basicamente de custos e seria formada por dois componentes; um ‘importado’ (as caras e necessárias importações de mercadorias industrializadas) e outro ‘interno’, a estrutura produtiva fortemente agrícola de características muitas vezes pré-capitalistas². Sendo a oferta determinante, já em seu clássico ‘Formação econômica do Brasil’, Furtado fala do processo de redistribuição de renda que acompanha o processo inflacionário. Seu ponto de vista é o de que geralmente a

¹ Antes da implementação de projetos desenvolvimentistas, pois o desenvolvimento econômico traria algum poder de pressão da demanda sobre os preços, segundo os estruturalistas.

² Ver, por exemplo, FURTADO (1985, 227).

disputa pela renda é fator causador da inflação, antes de ser mero efeito. Quando FURTADO (1985, 228) afirma que “ ... a inflação é fundamentalmente uma luta entre grupos pela distribuição da renda real e que a elevação do nível de preços é apenas uma manifestação exterior desse fenômeno”, ele antecipa uma variável que será enfatizada nas contribuições de cunho estruturalista desenvolvidas posteriormente.

Outro marco da teoria estruturalista sobre a inflação é Ignácio Rangel. Apresentada como uma crítica à CEPAL, ou mais particularmente a Celso Furtado³, a teoria de Rangel discorda basicamente em um ponto crucial em relação aos estruturalistas: a elasticidade da oferta dos produtos agrícolas. Segundo RANGEL (1963, 13): “o aparelho comercializador oligopsonista-oligopolista não poderia, de modo algum, operar gerando inflação, não fora contar com uma virtual rigidez da demanda de gêneros agrícolas, especialmente alimentícios, e uma grande elasticidade da oferta agrícola.”

A contribuição de Rangel, ainda que considerada original por boa parte da literatura econômica, pode ser tida como um desmembramento do estruturalismo, e, como tal, proporcionou maior consistência à teoria estruturalista, na medida em que introduziu explicitamente a dialética na fundamentação teórica. De acordo com (BIELSCHOWSKY, 1988, 262), Rangel procurou conciliar Marx e Keynes ao desenvolver suas idéias, sendo sua base a primeira vertente: “ sua absorção da visão keynesiana se fez pela via da compatibilização com a interpretação assentada sobre a idéia de que as forças produtivas no capitalismo estariam amarradas pela insuficiência de demanda que decorre da forma privada de apropriação do resultado do esforço produtivo.”

Ao comentar a contribuição de Rangel, LOPES (1979, 17), por exemplo, minimiza as diferenças entre ele e os estruturalistas tradicionais, destacando outro ponto de suas formulações: “A nosso ver, o aspecto mais interessante da contribuição de Rangel não é porém essa teoria sobre o aparecimento de pressões inflacionárias na comercialização de produtos agrícolas - que só pode ser válida para uma economia com características muito especiais - mas a teoria da equação 24 ... explica a afirmativa aparentemente paradoxal de Rangel de que a inflação não resulta de uma demanda excessiva mas ‘de uma crônica insuficiência de demanda.’”

³ De acordo com LOPES (1979, 14), o alvo principal da crítica de Rangel eram incoerências no plano Trienal, elaborado por Furtado, com o objetivo de implantar um projeto desenvolvimentista Cepalino no Brasil. Também endossa esse ponto MANTEGA (1987, 102).

A baixa remuneração indicava o problema crônico da falta de demanda⁴ e remetia à necessidade de reformas na estrutura fundiária. Surge aí uma outra diferença em relação aos estruturalistas: a política desenvolvimentista proposta. Rangel teria outros critérios para a política econômica que visavam a transformação da estrutura produtiva como forma de dinamizar a economia brasileira e controlar a inflação: reforma agrária, o controle ou supressão dos oligopólios (em especial na intermediação de gêneros agrícolas) e o aproveitamento racional da capacidade ociosa (reorientando os investimentos para os elos ‘débeis’ da produção). Seu diagnóstico era de o de que a super exploração do trabalhador local iria, mais tempo menos tempo, acabar, anulando a funcionalidade do processo inflacionário.

3. As idéias dos neoestruturalistas

A teoria estruturalista vai ser retomada e discutida por uma série de economistas⁵, especialmente após os anos 70, quando passam a considerar os desdobramentos dos planos de caráter desenvolvimentista implementados em parcela dos países latino-americanos. A resultante dessa revigoração da tese estruturalista é um todo relativamente homogêneo, em que as divergências naturais são mínimas. O que se observa é a diferença na ênfase nos elementos da análise.

Há uma identidade básica em todos modelos: o processo inflacionário é um mecanismo de ajuste para o equilíbrio macroeconômico em função da rigidez de alguns setores à queda de preço. Com a industrialização, os neoestruturalistas seguem destacando os problemas estruturais, pois os processos de desenvolvimento econômico engendrados em países periféricos alteraram algumas características sócio-econômicas, porém não conseguiram superar os problemas estruturais, que passaram a ser de outra ordem.

⁴ Entre tantas suposições interessantes há equívocos, notadamente quando remete a baixa capacidade de consumo à baixa propensão a consumir, já que as remunerações são muito baixas e permitem apenas consumo das necessidades básicas. Para MANTEGA (1987, 106), o autor queria se referir à discrepância existente entre investimentos e consumo e não à relação renda / consumo.

⁵ A listagem dos neo-estruturalistas varia um pouco dependendo do trabalho que se toma como referência. Entre os principais mentores desta vertente, KANDIR (1990, 72,73 e76) cita, por exemplo: Roberto Frenkel, Edmar Bacha e Lance Taylor, enquanto EARP (1994, 65 e 74) menciona Conceição Tavares, Luiz G. Belluzo, Roberto Frenkel e José M. Fanelli.

De acordo com a interpretação de TAYLOR (1983), trata-se de compreender que o processo de industrialização dos países periféricos consolidou o poder dos oligopólios. O conflito distributivo seria disputado em dois tempos, o curto prazo, no qual os trabalhadores teriam alguma influência, dada a capacidade ociosa das indústrias e no médio-longo prazo, quando os capitalistas determinam o nível de preços via margem de lucro. Os industriais administram os preços por meio do mark-up tomando por base os custos, que podem ter preços estáveis (matérias-primas diversas e trabalho) ou instáveis (gêneros agrícolas, de preços flexíveis).

Uma primeira tentativa de sistematizar a tese estruturalista sobre a inflação crônica foi feita por Simonsen⁶. Recuperando as contribuições de Noyola, Sunkel, Pinto e Vasquez⁷, de acordo com LOPES (1979, 19), o modelo de realimentação da inflação de Simonsen pode ser considerado estruturalista “... porque sintetiza os principais elementos da teoria da CEPAL, a saber as noções de pressão inflacionaria estrutural (....), e de mecanismos de propagação (que aqui recebe o nome de realimentação), com uma especificação estruturalista da ligação entre demanda agregada e inflação.”

Simonsen divide a inflação em três segmentos. O primeiro é autônomo, decorre da rigidez de alguns setores estratégicos da economia, o segundo é o componente de realimentação da inflação, que é ativado por meio de custos e expectativas da inflação passada sobre a inflação presente e o último diz do impacto de variações da demanda sobre a inflação. Para LOPES (1979,22) a suposição de Simonsen de que a componente de

⁶ Sua contribuição está sintetizada em LOPES (1979). Cabe salientar que embora Lopes considere Simonsen como a contribuição brasileira mais relevante para o neo-estruturalismo (LOPES, 1979, 40), ele admite que nem os outros estudiosos classificavam Simonsen como neo-estruturalista, nem o próprio Simonsen se considerava como tal (LOPES, 1979, 25). Não obstante, Simonsen também é citado como integrante das fileiras da heterodoxia por outros autores diretamente responsáveis pela construção do escopo teórico heterodoxo, como é o caso de ARIDA (1986, 36)

⁷ Como descreve BIELSCHOWSKY (1988, 27-28) a concepção estruturalista da inflação foi inicialmente desenvolvida por Juan Noyola, Oswaldo Sunkel e Anibal Pinto e a primeira formulação geral veio com Vasquez, que propunha a divisão dos fatores que fazem elevar o nível geral dos preços em duas categorias: pressões inflacionárias básicas e mecanismos de propagação, sendo que só o primeiro tem a propriedade de gerar altas nos preços. Num segundo momento, Sunkel subdividiu em quatro modalidades as pressões inflacionárias: básicas, circunstanciais, cumulativas e propagativas. PINTO (1978), por sua vez, estipulou uma conjunção de possíveis fatores causadores de inflação em países periféricos submetidos a planos de desenvolvimento econômico; quais sejam: evolução do setor externo, rapidez e profundidade dos reajustamentos econômicos, a flexibilidade dos sistemas produtivos, a dificuldade/facilidade da sociedade e suas instituições absorverem mudanças econômicas e a continuação/interrupção dos programas de desenvolvimento econômico.

demanda é função da taxa de crescimento da renda agregada, que por sua vez está associada ao ritmo de expansão da capacidade produtiva, é uma especificação de cunho estruturalista.

Com este modelo, é introduzida a noção de piso inflacionário, aquele patamar mínimo de inflação que a política econômica pode administrar, sem gerar redução da atividade produtiva (e consequentemente de emprego), que depende das componentes autônoma e de realimentação. Assim, se procura demonstrar dentro da lógica estruturalista a limitação das políticas econômicas tradicionais, que só conseguem controlar a componente de demanda. A margem de manobra das políticas fiscais ou monetárias convencionais em países com problemas estruturais se limita ao curto prazo e a um determinado patamar inflacionário, já que as fontes de pressão e manutenção da inflação estão concentradas em desajustes estruturais crônicos.

A contribuição de Simonsen foi uma referência para a modelagem das premissas neoestruturalistas sobre o caráter crônico da inflação, que começavam a emergir naquele período (meados de 1970). Tanto é que depois foi recuperada por outros economistas nas suas contribuições mais recentes, como BACHA (1982, 177): “ A inflação passada é o ‘componente realimentação’; a função do grau de utilização é o ‘componente de regulação de demanda’; a função da diferença entre a taxa de aumento dos preços dos insumos importados e a taxa de inflação do dólar é o ‘componente autônomo’ - que no caso também pode ser designado como componente de inflação importada ou choque externo”.

Uma outra contribuição fundamental dentro da linha teórica neoestruturalista é a de Tavares e Belluzzo. A tese desses autores resgata a importância de um marco crucial para o desenvolvimento da inflação no mundo e particularmente nos países periféricos: o rompimento do sistema de conversibilidade de Bretton Woods. As repercussões deste acontecimento para os países pobres foram decisivas porque “acabou a crença nas paridades de equilíbrio entre as diversas moedas fortes, desaparecendo portanto o lastro que determinava o caráter estabilizador da especulação, ficando a elasticidade de expectativas livre para flutuar sem padrão.” (EARP, 1994, 68). A partir daí, um círculo vicioso realimentaria a inflação. Com o capital bancário internacionalizado e a indexação se inserindo nas renovações contratuais, a procura por dólar aumenta, pressionando as baixas reservas, que levam a desvalorização da moeda nacional e aumento na taxa de juros, que acentuam os mark-ups, como forma de garantir a valorização do capital.

Em conformidade com EARP (1994, 69), para Tavares e Belluzzo, “O aumento da instabilidade é respondido com o encurtamento do período de valorização do capital: para fugir do risco de desvalorização patrimonial, a firma deverá elevar os mark-ups preventivamente, antes mesmo da ocorrência dos aumentos de custos. Nessa interpretação, a pressão por aumento de preços seria consequência de um conflito distributivo em que os capitalistas se impõem e do processo de acumulação e valorização do capital, tendo em vista o papel histórico que cabe aos países periféricos no contexto mundial⁸.

O desenvolvimento da inflação a partir do fim da década dos 70 ensejou novas discussões. Um grupo de economistas brasileiros e argentinos,⁹ que adiante foi denominado de ‘heterodoxo’, desenvolveu uma teoria de cunho neoestruturalista que foi reconhecida pela literatura especializada brasileira; a teoria da inflação inercial. Alguns dos principais autores que elaboraram essa teoria foram ARIDA (1986), LOPES (1986) e FRENKEL (1986). Os economistas heterodoxos realizam uma interpretação do alcance da ortodoxia econômica, se debruçando basicamente sobre a componente inercial da inflação, para oferecer uma explicação diferente da proposta pelos monetaristas e pelos novo-clássicos, que imputavam a expectativas a manutenção da inflação. Para LOPES (1986,124), por exemplo, “... na ausência de choques inflacionários a inflação é determinada pela inflação passada, independente do estado das expectativas.”

Para BACHA (1984, 26), há rompimento dos ditos heterodoxos com o ortodoxia econômica vigente na teoria econômica na medida em que “os pressupostos de ambas as vertentes monetaristas são susceptíveis de diversas críticas teóricas, ..., uma vez que no Brasil se pode verificar concretamente que, de uma maneira geral, os preços se formam independentemente das expectativas correntes sobre a expansão monetária para o futuro próximo.” Na realidade diferenciada do Brasil, “... a melhor expectativa para a inflação no futuro é a inflação imediatamente passada, e não aquela “anunciada” pela política do governo.”(BACHA, 1984, 27).

⁸ De acordo com KANDIR (1990, 69).

⁹ O próprio ARIDA (1986, 33) atesta a contribuição de outros economistas, inclusive de outras nacionalidades, para se chegar à forma final da tese da inflação inercial, quais sejam: André Lara Rezende, Eduardo Modiano, Edmar Bacha, Francisco Lafaiete Lopes, Mário Henrique Simonsen, Roberto Frenkel, Guillermo Rozenwurcel e Michael Bruno.

Partindo de uma taxinomia quantitativa da inflação¹⁰, os inercialistas afirmam que a perpetuação do processo inflacionário em altos patamares se deve a um comportamento defensivo dos agentes frente ao processo de redistribuição do produto nacional. O adiamento da resolução do conflito distributivo, entretanto, sanciona ganhos crescentes para as classes dominantes. As expectativas deixam de ter relevância na determinação da inflação por que os agentes estão mais ocupados em administrar o presente, tentando preservar sua margem de lucro num contexto de permanentes alterações de preços relativos. O Estado, ademais, teve sua credibilidade corroída por vários anos de políticas de indexação e políticas de desvalorização cambial que, além de desmoralizá-lo perante os agentes, limitou fortemente seus instrumentos de política econômica.

Na visão de Frenkel e Fanelli¹¹, a aceleração da inflação pode gerar um ambiente em que se invertam os valores e o que era regra torna-se exceção. A indexação é o mecanismo de defesa encontrado para adaptação a reajustes periódicos (antes eventuais) e é explicada pela reversão do comportamento dos agentes. A instabilidade de preços relativos encarece o custo da informação, que é minimizado com o uso da indexação. Para Frenkel, a estrutura de contratos e de formação de expectativas num regime de alta inflação é adaptada com base na experiência histórica prolongada de conflito distributivo de cada país. A lógica neoestruturalista é a de que só a inércia da inflação pode ser atribuída à indexação dos salários¹², ou seja, os reajustes salariais são apenas mantenedores da inflação e não causadores do processo inflacionário.

O regime de alta inflação (RAI) seria o regime de preços que teria predominado até recentemente em parte significativa da América Latina. Segundo Frenkel, o RAI assume uma série de peculiaridades, das quais se destacam: adoção de moeda indexada ou externa como referencial, com consequente redimensionamento do mercado financeiro (expandido excessivamente), aumento do déficit público e da fragilidade financeira do governo (sobe o risco dos títulos públicos e o serviço da dívida interna) e aumenta a pressão por

¹⁰ Conforme EARP (1994, 71), Pereira e Nakano estipulam quatro tipos de inflação : “ a moderada, de um dígito anual; a crônica, ou inercial, ou autônoma, de dois e três dígitos anuais; a hiperinflação, de mais de 5 dígitos anuais, e a hiperinflação indexada, estágio intermediário entre as duas anteriores.” ARIDA (1986, 30-31) sugere classificação semelhante, também com base no critério quantitativo.

¹¹ Conforme EARP (1994, 75-85).

¹² Observação extraída das anotações de KANDIR (1990, 72-73) sobre esses dois autores.

desvalorizações da moeda à medida da dependência externa (seja de mercadorias ou, principalmente, de empréstimos e seus pagamentos).

Por fim, uma das últimas teorias desenvolvidas seguindo os supostos neoestruturalistas para explicar a aceleração inflacionária foi a perspectiva de KANDIR (1990). Este autor procura preencher uma lacuna existente, segundo ele, no seio do neoestruturalismo, qual seja, a “necessidade de uma elaboração teórica capaz de dar conta dos mecanismos que, em condições de alta instabilidade, tendem a levar os mark-ups desejados a assumirem o papel de acelerador fundamental dos preços, o que não elimina a possibilidade de acelerações decorrentes de choques exógenos.” (KANDIR, 1990, 85). Seu ponto de partida seria uma crítica tanto a Belluzzo e Tavares, quanto a Frenkel, por estes estudiosos não terem percebido que “a idéia da normalidade na formação do preço só se sustenta como hipótese simplificadora do processo de decisão de preços em condições de estabilidade. Numa economia com inflação crônica, sujeita a inúmeros choques e a políticas de ajustamento e inserida num contexto internacional em que não haja mais parâmetros para o estabelecimento de preços normais de câmbio, juros, matérias-primas, não se sustentam as análises que utilizam uma regra de *mark-up* fixo.” (KANDIR, 1990, 85).

A proposição de Kandir é que o aumento dos preços não responde a variações de demanda e oferta, pois é decorrente do processo de acumulação de capital. Num contexto de instabilidade econômica o próprio mark-up será acrescido de um componente de proteção, que realimentará a inflação. A lógica da acumulação está refletida na estratégia de expansão dos oligopólios e o momento de fixação de preços é apenas um instante do processo de valorização do capital. As circunstâncias de incertezas, que são frequentes nos países periféricos, geram um aumento no componente especulativo do mark-up, inflando-o e fazendo a inflação acelerar.

4. Observações críticas em relação ao conjunto da teoria estruturalista sobre inflação

Tomando como parâmetro o método adotado, as críticas podem ser divididas em interna e externa, sendo que a análise da chamada ‘coerência interna’ pressupõe correta a base metodológica adotada pelo autor, enquanto a crítica externa decorre justamente da discordância quanto às premissas metodológicas da teoria examinada. O alvo da crítica

interna é a lógica da argumentação teórica (apontando para imperfeições na construção da teoria) e a externa objetiva questionar o paradigma em si. Seguindo as colocações de PIMENTA (1985, 354), se enquadrariam como críticas internas: 1 – A falta de uma política para o controle de preços condizente com a teoria formulada, e 2 – A predominância de determinantes internos (ao país) no processo inflacionário, e como críticas externas: 1 Ausência do método dialético para complementar o cunho histórico da análise, 2 – Concepção pouco crítica das instituições, em especial acerca do Estado no capitalismo.

No que tange à primeira crítica, é preciso fazer uma distinção entre o estruturalismo, a contribuição de Rangel e os neoestruturalistas. De fato as políticas propostas pelos estruturalistas objetivam o combate ao estágio de subdesenvolvimento, como se o desenvolvimento garantisse uma estabilidade de preços. Rangel, porém, apresenta uma alternativa de política anti-inflacionária de fundo desenvolvimentista, em que lança as bases para uma transformação consistente da estrutura produtiva. Mesmo a proposta de Rangel é omissa no que diz respeito ao controle do capital financeiro, um fator importante no processo inflacionário. Esta deficiência, entretanto, é decorrente das próprias restrições metodológicas, já que sua concepção de moeda é convencional.

Após a implantação do plano de metas, com a elevação da inflação, já surgiram as outras propostas estruturalistas para o controle dos preços, que, contudo, apresentavam um teor extremamente convencional¹³. O caráter conservador das políticas anti-inflacionárias desenvolvidas pelos neoestruturalistas vem desnudar a incapacidade dos estruturalistas pensarem as políticas econômicas como elementos transformadores, baseados num referencial crítico. Não se dá importância à legislação anti-truste, a lei de patentes, a política fundiária, ao controle do capital internacional, etc. Ao pensarem exclusivamente

¹³ A discussão em torno do conceito de heterodoxia econômica envolve o própria concepção da ortodoxia econômica. ANDRADE, MOLLO e SILVA (1997, 337-338), por exemplo, ao questionar os traços ‘ortodoxos’ dos programas, ditos heterodoxos, de estabilização implementados na América Latina, entendem que “... o conceito de ortodoxia e heterodoxia é sempre relativo, ... Essas proposições de moeda neutra e exógena estão incorporadas, sabemos, na teoria quantitativa da moeda (TQM) e no enfoque monetário do balanço de pagamentos e é sua aceitação que está aqui sendo classificada como ortodoxa.” No presente texto a acepção do termo ortodoxia econômica é mais amplo e abrange a teoria econômica hegemônica nos meios acadêmicos e políticos, podendo ser chamada também de *mainstream economics* (no que encontra ressonância em outros autores, como KANDIR, 1990, por exemplo). Tendo uma área de intercessão com os autores aludidos no início dessa nota (a TQM), ambas conceituações levam ao enquadramento das recentes políticas de combate à inflação nos países latino-americanos (entre 1990 e 1997) como de cunho ortodoxo, embora comandadas ou supervisionadas por economistas da escola heterodoxa: “a dominação do pensamento ortodoxo, todavia, vem impedindo maiores avanços em matéria de discricionariedade, ...” (ANDRADE, MOLLO e SILVA, 1997, 349).

em termos keynesianos, relegam as especificidades detectadas, incorrem em incoerência em relação a alguns de seus próprios supostos e pior, ficam atrás até de alguns novo-clássicos mais progressistas¹⁴.

A Segunda crítica ocorre porque os estruturalistas cortejam com um plano internacional para análise, especialmente quando invocam a divisão internacional do trabalho para delimitar a inserção do Brasil no contexto mundial, mas depois, para explicar a dinâmica da economia e a inflação brasileira, invocam basicamente as variáveis internas. Os estruturalistas defendem a funcionalidade da inflação brasileira a partir da metade da década dos 50, como consequência do modelo desenvolvimentista adotado, porém, os vínculos do processo de industrialização brasileiro com o exterior vão além dos choques externos.

Não se justifica enunciar um caráter endógeno da inflação em relação ao modelo econômico adotado quando as condições do desenvolvimento do próprio modelo são importantes e estão dadas pelo capital financeiro e físico internacional. Não é apenas o impacto da elevação do preço de um insumo energético básico e importado que afeta a inflação local, pois sua dinâmica é determinada, em última instância, pelo processo de acumulação do capital internacional. O modelo desenvolvimentista industrializou uma parte do país e aprofundou as disparidades duais que caracterizam a dependência latina. O modelo do financiamento do desenvolvimentismo foi crucial para este desenrolar. Em todos momentos o capital financeiro internacional foi decisivo para o processo inflacionário brasileiro, mas foi ainda mais com a crise de 'liquidez' do final dos anos 70. A ausência da compreensão crítica a respeito das especificidades da reprodução e ampliação do capital a nível global implica desconhecer sua dimensão para a inflação contemporânea.

A adoção do projeto desenvolvimentista e, conseqüentemente, a inflação brasileira estavam tão ligados ao capital internacional que se pode dizer que atenderam a uma necessidade da reprodução dele, tanto do capital produtivo quanto do capital financeiro. O capital produtivo necessitava de novos flancos onde pudesse extrair maior mais-valia do que nas matrizes, onde estavam limitadas pelas conquistas trabalhistas. Quanto ao capital financeiro, entre a metade da década de 50 e o final da década de 70 prevalecia um excesso

¹⁴ James Tobin, por exmplo, defende o controle da mobilidade do capital financeiro internacional (conforme VEJA, 29/03/1995).

de liquidez no mercado internacional de crédito, ao qual o Brasil (e outros países) deu vazão na medida em que contraiu empréstimos.

Passando para as críticas em torno da insuficiência metodológica do estruturalismo, se pode afirmar que Rangel desenvolveu sua teoria guiado pela dialética e pelos aspectos históricos. Conforme BIELSCHOWSKY (1988, 248), “A obra de Rangel corresponde a um original ensaio de adaptação do materialismo histórico e da teoria econômica à análise do caso brasileiro, que o autor empreendeu com o sentido de uma busca sistemática do entendimento da universalidade e da especificidade das leis de formação histórica e de funcionamento da economia brasileira.” Sem querer discutir seu êxito no plano geral, infelizmente sua teoria sobre inflação não incorpora as categorias dialéticas, de forma que deixa a desejar na exploração do papel do capital financeiro e do Estado no processo inflacionário do Brasil.

No que tange à falta de uma concepção crítica do Estado, este é reconhecidamente um problema na teoria Cepalina. A crítica, entretanto, deve ser bem direcionada. Uma vertente do pensamento socialista brasileiro responsável pela elaboração do ‘modelo de subdesenvolvimento capitalista’¹⁵, por exemplo, acreditava que “todo subdesenvolvimento, que caracteriza os países de periferia, é uma criação e constante recriação do sistema capitalista mundial e não um estágio pré-capitalista pelo qual já passaram os países capitalistas avançados da atualidade.”¹⁶ (MANTEGA, 1987, 219). Daí, só a ruptura com o modo de produção capitalista libertaria os países periféricos da sua condição servil perante os países centrais.

A contestação deve se restringir ao caráter imparcial do Estado na teoria, uma vez que a dominação do Estado se dá pelo capital, tanto nacional como internacional. Se o Estado brasileiro conseguiu erguer uma economia parcialmente industrializada entre os anos 50 e 70, isto se deveu ao grande capital internacional, que financiou a construção de estatais ou implantou filiais no país. A consequência desse modelo foi a transferência

¹⁵ Inspirada nas idéias de Paul Baran, especialmente as contidas em ‘A economia política do subdesenvolvimento’.

¹⁶ Um outro debate desta vertente com os estruturalistas é a questão da definição da produção rural do Brasil. A crítica é descrita em MANTEGA (1987,214) da seguinte forma:” Baseando-se na caracterização da agricultura brasileira de Caio Prado Jr., Frank (André Gunder) afirmava que a variedade de relações de trabalho do campo brasileiro não eram resquícios feudais ou restos semif feudais ... , mas sim relações sociais determinadas e moldadas pelos interesses do sistema capitalista mundial.” Nesta discussão Rangel concorda com os ‘subdesenvolvimentistas’.

massiva de juros e lucros num segundo momento, que repercutiu diretamente na inflação da década de 80, especialmente quando o país desvaloriza a moeda para criar condições de pagamento da dívida externa.

A sugestão de propalar uma política desenvolvimentista como forma de resolver os problemas estruturais da economia brasileira é, obviamente, uma herança da inspiração keynesiana, que responde por uma incoerência fundamental da tese Cepalina. A solução para a dependência político-econômica dos países periféricos seria justamente sair da situação de subjugação em relação ao capital internacional, algo bem mais complexo do que uma política subserviente de industrialização¹⁷.

Deixar de analisar criticamente a posição política do Estado brasileiro implica imputar-lhe culpa pela inflação em certos períodos históricos, como fazem eventualmente os alguns estruturalistas¹⁸. Por outro lado, reconhecer a dimensão política do Estado e sua inserção numa sociedade capitalista de classes sociais, gera uma concepção realista e abrangente do processo sócio-econômico. Especialmente em relação ao seu papel no processo inflacionário brasileiro, afirma BRUM (1998, 332) que “A política de concentração de salários foi uma orientação adotada ao longo do período autoritário, mesmo na fase de expansão econômica. O governo fixava os índices de reajuste, sempre inferiores às taxas de inflação. E os sindicatos estavam impedidos de qualquer manifestação. Esta política não foi apenas transitória, mas persistentemente mantida durante todo período autoritário. Em decorrência, ampliou-se a transferência de renda do trabalho para o capital, através da apropriação capitalista de mais-valia.”

O próprio Prebisch reviu sua posição em relação à viabilidade do Estado abarcar um projeto de desenvolvimento econômico nos seus últimos escritos. Conforme COUTO(1997,

¹⁷ Não se quer discutir aqui a transformação do modo de produção, mas a mobilidade do capital no longo prazo. Grandes capitais surgem e desaparecem em diferentes lugares e épocas. A Inglaterra já foi o centro do capitalismo, os EUA passaram a ser, mas são seguidos de perto pela Alemanha e Japão. Os desdobramentos de longo prazo da concentração e centralização do capital, bem como sua mobilidade geográfica são por demais complexos para se arriscar algum comentário a respeito.

¹⁸ Apesar de desenvolver a argumentação em torno de um capitalismo monopolista, as limitações metodológicas levam BRESSER PEREIRA e NAKANO (1991, 29), por exemplo, a admitir que o governo e os trabalhadores possam gerar inflação: “O advento ou a formação do sistema de planejamento terá efeitos decisivos sobre a inflação. Significa que a formação social deixa de ser meramente capitalista para ser capitalista monopolista de Estado ou capitalista-tecnoburocrática. ... A tentativa das empresas oligopolistas e dos sindicatos de aumentar sua participação na renda administrando preços, juros e salários, implica em inflação administrada, a tendência do Estado regulador, transformando em principal responsável pela taxa de acumulação, de controlar os preços dada a crescente incapacidade do mercado de fazê-lo irá, por sua vez, tender a provocar distorções que darão origem ao que chamamos de ‘inflação administrada’”

260), Prebisch passa a ter uma visão crítica ao final de sua produção acadêmica, descartando os planos desenvolvimentistas como possibilidade de política econômica e formulando uma teoria da transformação de nítida inspiração marxista: “O ponto culminante deste período é o lançamento do livro “Capitalismo periférico: Crise e Transformação” de 1981, que condensa e ordena as idéias publicadas nos artigos anteriores. ... Diz Prebisch que após longa observação se convenceu de que as grandes falhas do desenvolvimento latino-americano careciam de solução dentro do sistema vigente, cabendo transformá-lo.”

A origem de todas as críticas pode ser localizada na inconsistência da base metodológica, na própria concepção do problema. Mandel contesta a tese da inflação de custos objetivamente: “Somente quando há um excedente de liquidez é que as empresas, sob o capitalismo monopolista, podem transferir automaticamente os aumentos dos custos para os preços de venda, isto é, para os consumidores. Quando, ao contrário, a quantidade de dinheiro permanece constante enquanto os salários sobem ou apenas se ajustam aos aumentos da produção, então, *mesmo sem competição* em certas indústrias, os custos maiores não levam a uma alta de preços. Quando a moeda é estável, o teorema de Marx de que um aumento de salários em determinada produção e em determinado valor das mercadorias apenas diminui os lucros, e não eleva os preços, é absolutamente válido. O que está por trás da tese de ‘inflação de custos’ não é uma análise dos efeitos objetivos dos aumentos de salários numa economia de mercado capitalista, mas sim a observação de que, no capitalismo tardio, o sistema de dinheiro bancário garante às companhias a quantidade de dinheiro necessária para transferir automaticamente para o consumidor os aumentos dos custos de produção. Isso significa que não são as demandas de salários ‘excessivos’, mas sim a adaptação específica do sistema bancário e da criação de dinheiro para os interesses do capital monopolista que constitui a causa técnica dos aumentos de preços.”¹⁹ (MANDEL;1985, 296)

Em outras palavras, Mandel diz que a explicação da inflação por meio de uma teoria de conflito distributivo sem levar em conta a lógica da acumulação do capital e os desdobramentos da evolução recente do capital, implica em limitar a análise ao plano das aparências. Os principais referenciais metodológicos do estruturalismo são Keynes e

¹⁹ Sublinhado é meu.

Marx²⁰. O fato de o escopo teórico estruturalista ser construído tomando por base mais de um referencial, não constituiria problema não fosse a incompatibilidade metodológica existente entre eles. Esta inconsistência vai se manifestar em alguns pontos da construção teórica, particularmente na proposição de intervenção estatal como forma de encaminhar a resolução dos problemas estruturais dos países periféricos e na concepção da inflação de custos.

FURTADO (1985, 229), analisando o recrudescimento da inflação a partir de 1949, chega a tocar no ponto crucial da criação das condições para a inflação: “... O incremento na renda disponível para consumo pressiona sobre a oferta, relativamente inelástica, de manufaturas, e cria um clima de antecipações extremamente favorável no setor industrial. Este recorre ao sistema bancário em busca de recursos para expandir suas atividades. O sistema bancário, cuja liquidez se havia elevado com a expansão da renda no setor exportador, cria os meios de pagamento necessários para que a indústria e o comércio expandam suas atividades.”

O caráter capitalista e as especificidades da reprodução e ampliação do capital bancário, contudo, lhe passam despercebidos (FURTADO, 1985, 230): “A rapidez com que se propaga a inflação no Brasil reflete em grande parte a forma como opera o seu sistema bancário Sem embargo, os bancos atuam quase de forma totalmente passiva. ..., o sistema bancário subministra os meios de pagamento necessários para que se propague a elevação dos preços. ... Seria evidentemente errôneo supor que o sistema bancário é o fator primário da inflação. Esta, conforme vimos, não é em sua origem um fenômeno monetário. Resulta da ação de certos grupos que pretendem aumentar sua participação na renda real.”

No que toca à questão da distribuição de renda, em primeiro lugar, se deve reconhecer que a produção capitalista está baseada na contraposição das classes capitalista e trabalhadora e que o comportamento significativo não é de agentes, mas sim das classes, movidas por seus interesses. A racionalidade do processo social deve estar baseada no

²⁰ De acordo com Francisco de Oliveira “ certa vez, conversando com Celso Furtado, perguntei-lhe quais as matrizes teóricas do pensamento da Cepal. Sua resposta foi de que a originalidade da Cepal consistia numa ‘suma’ de várias heranças , entre as quais a própria teoria clássica, de Smith e Ricardo, muito de Marx, um pouco de List, e indubitavelmente muito de Keynes.” (transcrito de DANTAS, 1997, 268). A respeito da influência de Keynes, FONSECA (1997, 180) fazendo um apanhado da teoria Cepalina, atenta para a existência de teses de cunho desenvolvimentista que ressaltam a nacionalidade das suposições estruturalistas: “ ... com a CEPAL estas idéias, já vigentes há muito tempo na América Latina, passaram a constituir um programa de pesquisa, ... e, inclusive, antes da publicação da *Teoria Geral*, ...”

antagonismo das classes sócio-econômicas, uma vez que esta é a essência do funcionamento da atividade produtiva capitalista. Num contexto em que o grande capital consegue burlar a lei do valor, aumentando os preços para aumentar a taxa de lucro, pelo poder exacerbado que tem de controlar o mercado em que atua, os trabalhadores não têm esta capacidade. Se, eventualmente, for conseguido alguma melhora de salários por algum segmento organizado de trabalhadores, isto não significa alteração do valor final produzido e, portanto, não é alterado o preço final da mercadoria produzida.

Se quem detém o poder de fixar preços na economia capitalista contemporânea é o grande capital, é inócua a explicação pela via do conflito distributivo, pois a real disputa se dá entre os capitalistas, em busca de uma maior valorização e acumulação do capital individual frente aos outros capitais. Nesse processo, a postura dos capitalistas não é de defesa, mas de ataque, de forma a sair na frente do processo de concentração de capitais.

A lógica da argumentação estruturalista em torno da atuação defensiva dos agentes no conflito distributivo não se coaduna com a concepção de acumulação de capital enunciada várias vezes por eles mesmos. Esta que seria um dos principais pilares da teoria da inflação inercial é questionável, uma vez que ao longo do processo de redistribuição de renda brasileiro se constata uma postura de ataque por parte do capital, avançando constantemente e se apropriando gradativamente da parcela da renda dos trabalhadores. A medida da agressividade do capital nesse processo pode ser vislumbrada com a observação da situação recente da distribuição de renda no Brasil, uma das piores do mundo, aliada a indicadores de degradação extremada nas condições de vida da classe trabalhadora²¹.

Alguns autores neoestruturalistas tem se aproximado muito de uma concepção crítica do processo de redistribuição de renda ocorrido no Brasil nas décadas de 50/60/70 e 80, porém lhes falta apurar o sentido do todo, no caso, do processo de acumulação global, agrupando o capital produtivo e financeiro, nacional e internacional. Tavares, Belluzo, Kandir, Possas e Modiano²², por exemplo, são autores que tem desenvolvido análises mais realistas, trabalhando com a hipótese de inflação causada por fixação de mark-up. Se deve reconhecer aqui a dificuldade de uma agenda de pesquisa como a sugerida, pois, para ficar

²¹ Uma publicação de referência sobre desenvolvimento humano no Brasil é produzida pelo IPEA (ver IPEA, 1996). Nele se pode verificar o processo de empobrecimento relativo, interna e internacionalmente, da classe trabalhadora. Outra referência para o assunto é BARROS e MENDONÇA (1992)

²² Os dois últimos foram citados e comentados por CARVALHO (1991, 43).

num complicador, a mensuração e qualificação do processo de distribuição de renda sofre empecilhos técnicos no Brasil.

De acordo com CARVALHO (1991, 39), “No Brasil, o debate sobre distribuição de renda tradicionalmente focaliza-se no perfil de distribuição pessoal. A impressionante carência de informações a respeito da distribuição funcional de renda no Brasil soma-se o estado razoavelmente desenvolvido das pesquisas a respeito da distribuição por classe de renda, realizadas através dos Censos e das Pesquisas Nacionais (anuais) por Amostra de Domicílios. Por outro lado, tais pesquisas servem para acentuar a dramaticidade da concentração de renda no país, indicando a distância que tem separado pobres e ricos, especialmente nos últimos vinte anos.”

Por fim, os estruturalistas deixam de investigar o papel do setor de serviços como um todo, enquanto gerador potencial de inflação. Conforme MANDEL (1985,305): “..., *os efeitos de uma hipertrofia do setor de serviços são inflacionários*. Esse é apenas um caso especial de uma regra mais geral, qual seja, de qualquer desequilíbrio setorial do capitalismo tardio tem efeitos inflacionários se o aumento do volume de dinheiro diminui ou restringe o rápido ajustamento dos recursos econômicos (quantidades de trabalho despendido) de setores específicos a um padrão alterado de demanda monetária efetiva.”

5. Notas conclusivas

O balanço crítico acerca da concepção estruturalista da inflação aponta para uma dificuldade na coerência interna da teoria, em virtude de sua ambiguidade metodológica. A mesma metodologia incoerente fornece material, também, para críticas externas à teoria, que remetem a limitações intrínsecas ao paradigma teórico discutido. Do ponto de vista dos problemas internos da teoria, por exemplo, Rangel elaborou uma política de combate à inflação consistente com as formulações estruturalistas, mas suas indicações não foram desenvolvidas pelos neoestruturalistas e o caráter endógeno da inflação ao modelo de desenvolvimento nacional não se justifica quando se tem uma concepção histórica e dinâmica desses processos.

Do ponto de vista da crítica externa à teoria, a incompatibilidade metodológica se manifesta de diversas formas. Se, por um lado é enfatizado o poder dos monopólios em

fixar preços e determinar a inflação, por outro lado, o escopo teórico estruturalista deixa de explorar criticamente o papel do Estado e do capital financeiro, relegando a segundo plano variáveis imprescindíveis para a compreensão integral do processo inflacionário. A própria concepção do conflito distributivo fica desvirtuada em função da compreensão insuficiente do processo de acumulação de capital. Não deixa de ser sintomático o fato do próprio Prebisch rever, em seus últimos escritos, sua posição acerca do Estado como instrumento das mudanças estruturais necessárias para o desenvolvimento da América Latina (conforme analisado), bem como a própria situação recente de maior pobreza e de descontrole da inflação no Brasil, após a implementação de vários planos de inspiração estruturalista; tanto em relação a décadas atrás quanto em comparação com outros países.

Alguns neoestruturalistas avançam na colocação do problema, lançando hipóteses cada vez mais próximas ao que seria um paradigma crítico por excelência, porém recaem em incongruências teóricas e deficiências analíticas ao insistir na adoção paralela do paradigma pós-keynesiano. Furtado chega a tangenciar um tópico crucial ao enunciar a importância do capital bancário para o desenvolvimento da inflação brasileira, para a seguir dizer da passividade dos bancos relativamente ao processo inflacionário (conforme colocado na última seção). Kandir afirma que apenas os oligopólios geram a inflação mas apresenta um modelo com referências ortodoxas para explicar as variações do mark-up no contexto de instabilidade econômica.

A análise dos heterodoxos é ilustrativa do impasse do estruturalismo. Conforme ANDRADE, MOLLO e SILVA (1997), a inconsistência dos estruturalistas fica patente ao confrontar os planos elaborados por neoestruturalistas para combater a inflação, com suas teorias progressistas. Esses autores apenas constataam a exteriorização da incoerência interna da própria teoria, na medida em que os inercialistas parecem só querer sanar uma certa falha do raciocínio ortodoxo dentro da mesma lógica teórica.

Enfim, o problema dos estruturalistas em geral é o mesmo dos neoestruturalistas heterodoxos: buscar romanticamente a conciliação entre um paradigma crítico e a lógica de teorias mais progressistas do mainstream. Nessa procura, confundem conteúdo com aparência, idealizando categorias e incorrendo em ambiguidades na análise. É inegável que o paradigma estruturalista representa um avanço em relação às concepções mais tradicionais da ortodoxia econômica, entretanto, para avançar ainda mais, teria que,

necessariamente, superar as contradições de sua metodologia para dar unidade e coerência à teoria. Conforme foi analisado, todas insuficiências da tese estruturalista decorrem basicamente, em última análise, de sua inconsistência metodológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Joaquim Pinto; MOLLO, Maria de Lourdes R. e SILVA, Maria Luiza F..

Os Programas de Estabilização na América Latina: Traços Ortodoxos e Hetero-

doxos. *Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo, 1997.

ARIDA, Pêrsio, et al. *Inflação Zero - Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz

e Terra, 1986.

ARIDA, Pêrsio (org.) *Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BACHA, Edmar. *Análise Macroeconômica - Um texto Intermediário*. Rio de Janeiro:

IPEA / INPES, 1982.

_____. *Inflação: Uma Agenda Não-Monetarista*. In: TAVARES, Maria da Conceição e

DAVID, Maurício Dias. (orgs.). *A Economia Política da Crise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes/Achiamé, 1984.

BARBOSA, Fernando de Holanda, OLIVA, Waldir e SALLUM, Elvia. *A Dinâmica*

Da Hiperinflação. In: *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 49, jan-mar, 1993.

BARROS, Ricardo Paes de e MENDONÇA, Rosane Silva P. de. *A Evolução do*

Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960. In : BNDES.
Desenvolvi –
mento Econômico, Investimento, Mercado de Trabalho e Distribuição de
Renda.
1992.
BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Inflação e Mecanismos de Indexação da
Moeda
In: *Folha de São Paulo*, 26/07/1993.
BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro : O Ciclo
Ideológico
do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
BIER, Amaury G., PAULANI, Leda M. e MESSEMBERG , Roberto P. O
Heterodoxo
e o Pós-moderno: O Cruzado em Conflito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
BREISSER PEREIRA, Luiz e NAKANO, Yoshiaki. Inflação e Recessão- A Teoria
da
Inércia Inflacionária. São Paulo: Brasiliense, 1991.
BRUM , Argemiro . Desenvolvimento Econômico Brasileiro .18º ed .
Petrópolis :
Vozes, 1997.
BRUNHOFF, Suzanne de. A Moeda em Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
CARVALHO, Fernando C.. “Distribuição de Renda, Demanda Efetiva e
Acumulação.
” In: *Revista de Economia Política*. vol. 11, nº 3, jul-set, 1991.
COUTO, Joaquim Miguel . O Pensamento de Raul Prebisch . *Anais do II
Encontro
Nacional de Economia Política*. São Paulo, 1997.
DANTAS, José Adalberto M. A Economia Política de List e o Pensamento
Econômi-
co de Celso Furtado . *Anais do II Encontro Nacional de Economia
Política*.

- São Paulo, 1997.
- EARP, Fábio de Silos Sá. *A Esfinge Monetária: Ensaio Sobre a Inflação Brasileira*. Rio de Janeiro, 1994. Tese de Doutorado, UFRJ.
- FONSECA, Pedro Cesar D. *As Origens do Pensamento Cepalino e a Influência de Keynes. Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 20ª ed. São Paulo : Nacional , 1985.
- _____. *A Análise do “Modelo” Brasileiro*. 8ªed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.
- FRENKEL, Roberto. *Salários e Inflação na América Latina – Resultados de Pesquisas Recentes na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Costa Rica*”. In : *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA, 15 (1), abril, 1986.
- GERMER, Claus. *Componentes Estruturais da Teoria do Dinheiro no Capitalismo*. São Paulo. 1997.
- Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo. 1997.
- IPEA. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro, 1996.
- KANDIR, Antônio. *A dinâmica da Inflação*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LOPES, Francisco Lafaiete. *Teoria e Política da Inflação Brasileira : Uma Revisão Crítica da Literatura*. In: SAYAD, João (org.). *Resenhas de Economia Brasileira - ra*. São Paulo: Saraiva, 1979.
- _____. *O Choque Heterodoxo ; Combate à Inflação e Reforma Monetária*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

MARTINS, Alexandre L.. Especulações em Torno da ‘Cultura Inflacionária’
e sua
Aplicabilidade para o Brasil. *Anais do II Encontro Nacional de
Economia
Política*. São Paulo, 1997.

PIMENTA, Carlos. Contributos para a Caracterização e Explicação da Inflação
em
Portugal. Lisboa, 1985. Tese de Doutoramento, ISEG.

PINTO, Anibal (et alli). Inflação Recente no Brasil e na América Latina .
Rio de
Janeiro: Graal, 1978.

RANGEL, Ignácio. A inflação Brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

TAVARES , Maria da C.. Da Substituição de Importações ao Capital
Financeiro:
Ensaio sobre Economia Brasileira. 11º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAYLOR, Lance. Structuralist Macroeconomics Applicable Models for the
Third
World. New York: Basic Books, 1983.